

Gori Participações S/A

**Demonstrações financeiras referentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

Gori Participações S/A
CNPJ: 58.060.562/0001-00

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em reais - R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE	10.000	10.000
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.000	10.000
ATIVO NÃO CIRCULANTE	123.431.404	0
INVESTIMENTOS	123.431.404	0
<u>TOTAL ATIVO</u>	<u>123.441.404</u>	<u>10.000</u>
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE	0	0
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0	0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	123.441.404	10.000
CAPITAL INTEGRALIZADO	116.438.015	10.000
RESERVAS DE LUCRO	7.003.389	
<u>TOTAL PASSIVO</u>	<u>123.441.404</u>	<u>10.000</u>

Gori Participações S/A
CNPJ: 58.060.562/0001-00

Demonstrações dos Resultados
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em reais - R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA BRUTA OPERACIONAL	0	0
RECEITAS PATRIMONIAIS		
DEDUÇÕES DA RECEITA	0	0
IMPOSTOS INCIDENTES		
RECEITA LÍQUIDA	0	0
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0	0
CUSTO OPERACIONAL		
LUCRO BRUTO	0	0
DESPESAS OPERACIONAIS	0	0
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
DESPESAS GERAIS		
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	0	0
OUTRAS RECEITAS		
RESULTADO FINANCEIRO	0	0
DESPESAS FINANCEIRAS		
RECEITAS FINANCEIRAS		
RESULTADO ANTES DO IR/CSLL	0	0
PROVISÃO DE IRPJ E CSLL	0	0
PROVISÃO DE CSLL		
PROVISÃO DE IRPJ		
LUCRO DO EXERCÍCIO	0	0

Gori Participações S/A
CNPJ: 58.060.562/0001-00

Demonstrações dos resultados abrangentes
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em reais - R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0	0
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	0	0
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	0	0

Gori Participações S/A
CNPJ: 58.060.562/0001-00

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em reais - R\$)

MOVIMENTAÇÃO	RESERVAS DE LUCRO					TOTAIS
	CAPITAL	CAPITAL A INTEGRALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVA DE LUCROS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	
SALDO EM 31/12/2023	0	0	0	0	0	0
CAPITAL INTEGRALIZADO	100.000	(100.000)				0
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL		10.000				10.000
SALDO EM 31/12/2024	100.000	(90.000)	0	0	0	10.000
AUMENTO DE CAPITAL	116.428.015					116.428.015
CONST RESER INCENT FISCAIS (INVESTIDA)				7.003.389		7.003.389
SALDO EM 31/12/2025	116.528.015	(90.000)	0	0	0	123.441.404

Gori Participações S/A
CNPJ: 58.060.562/0001-00

Demonstrações dos fluxos de caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em reais - R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DO IRPJ E CSLL	0	0
	0	0
VARIAÇÕES NAS CONTAS DO ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ESTOQUES	0	0
(AUMENTO) REDUÇÃO DE IMPOSTOS A RECUPERAR	0	0
	0	0
VARIAÇÕES NAS CONTAS DO PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE OBRIGAÇÕES FISCAIS	0	0
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	0	0
	0	0
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	0	0
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
INVESTIMENTO EM CONTROLADAS E COLIGADAS	(116.428.015)	0
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(116.428.015)	0
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
AUMENTO DE CAPITAL	116.428.015	0
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	116.428.015	0
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	0	0
CAIXA MAIS EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAIS	10.000	0
CAIXA MAIS EQUIVALENTES DE CAIXA FINAIS	10.000	10.000
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	0	10.000

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**

1. Contexto operacional

A GORI PARTICIPAÇÕES é uma sociedade anônima, constituída em 11 de novembro de 2024, com prazo de duração indeterminado, com sede e foro na cidade de Ubá/MG, situada à Rua Martinho Freire de Andrade, nº 25, Sala 1013, Bairro Centro, tendo como objeto holdings de instituições não financeiras, holdings de instituições financeiras e outras participações em sociedades.

2. Bases de elaboração, apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, especialmente a ITG 1000 e quando aplicável a NBC TG 1000, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas a seguir.

Essas demonstrações financeiras combinadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa
Vida útil dos ativos
Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
Provisões e contingências

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**

2.4. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, estão apresentadas e resumidas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Empresa estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, conforme apropriado.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Empresa incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros classificados como ativos mensurados a valor justo por meio do resultado no momento inicial de reconhecimento. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando são adquiridos com o propósito de serem negociados no curto prazo. Os ganhos e perdas dos ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidos no resultado do exercício.

Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Empresa incorre em conexão com a captação de recursos.

Valor justo

O valor justo dos investimentos que são ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado utilizando-se as cotações de fechamento da data do balanço.

Para aqueles investimentos para os quais não existe mercado ativo, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a utilização de transações recentes entre terceiros independentes, valor de mercado de outro ativo financeiro similar, análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, banco e aplicações financeiras sem carência para resgate, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados com as medições de

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**

serviços a faturar e valores efetivamente faturados. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo do valor presente, quando aplicável, é efetuado na data da transação com base numa taxa de juros que reflita o prazo e as condições de mercado da época. A Sociedade não registra o ajuste a valor presente sobre as contas a receber de clientes em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.

d) Imobilizado

Os registros no imobilizado correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Sociedade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo de vida estimado dos bens e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável. A Sociedade, em cada data de fechamento das demonstrações financeiras, verifica a existência de possíveis perdas por redução ao valor recuperável de seu imobilizado, conforme descrito na Nota – Redução ao valor recuperável (*impairment*). O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos na data de fechamento das demonstrações financeiras, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso, sendo que no exercício revisou a vida útil e o valor residual e não constatou necessidade de ajustes. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações do imobilizado são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos contabilmente na conta de “outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” nas demonstrações dos resultados.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Sociedade avalia anualmente a existência de possíveis indícios, que possam levar a perda do valor recuperável de seus ativos não financeiros, em especial do imobilizado. Na avaliação considera eventos e/ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam colocar em risco a continuidade de suas operações ou que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Havendo tais indicações, se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída estimativa de perda para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. No exercício a Sociedade revisou a existência de possíveis indícios que poderia levar a perda de valor recuperável do ativo imobilizado e determinou que não havia perdas a serem reconhecidas.

f) Demais ativos circulantes

São apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**

g) Provisões

A provisão é reconhecida quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. A Sociedade é parte em alguns processos judiciais e/ou administrativos, sendo que provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos, internos e externos, da Sociedade. No exercício a Sociedade determinou que não havia provisões a serem reconhecidas e/ou divulgadas.

h) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, em base “pro-rata” dia. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente.

i) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade e possa ser mensurada de forma confiável, conforme determina as normas brasileiras de contabilidade.

j) Apuração do resultado

As receitas e despesas relacionadas à mesma transação ou a outro evento são reconhecidas, simultaneamente, de acordo com o princípio da confrontação das despesas com as receitas (regime de competência).

Resultado financeiro: Receitas financeiras: Decorrem das aplicações financeiras mantidas pela Sociedade reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, bem como de eventuais variações cambiais de ativos em moeda estrangeira. Despesas financeiras: Abrangem despesas com juros sobre financiamentos, despesas com juros e encargos financeiros de transações bancárias, bem como de eventuais variações cambiais de passivos em moeda estrangeira.

k) Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros

As principais políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados com o objetivo de melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades.

l) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) elaborada pela Sociedade está de acordo com o método indireto, em conformidade com as normas de contabilidade vigentes.

m) Eventos Subsequentes

Os eventos subsequentes ao período contábil a que se referem às demonstrações financeiras incluem todos os eventos até a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, mesmo que esses eventos ocorram após o anúncio público de lucros ou de outra

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**

informação financeira.

n) Reservas

A reserva de incentivos é um valor que a empresa utiliza seguindo as regras da Lei Complementar 160/2017, e pode ser utilizada para absorver prejuízos da empresa ou para aumento de capital social, sempre respeitando o que determina os parágrafos 3º e 4º do artigo 19 desta lei. É importante destacar que a companhia só pode constituir essa reserva até o limite do benefício fiscal que realmente utilizou. Segundo o parágrafo 4º da mesma lei, os incentivos e benefícios fiscais de ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias) concedidos pelos Estados e Distrito Federal são considerados subvenções para investimento, sendo vedada a exigência de outros requisitos além dos previstos na legislação. Com a entrada em vigor da Lei Complementar 160/2017, estes benefícios fiscais de ICMS passaram a ser tratados como Subvenções para Investimentos. Em 29 de dezembro de 2023 foi publicada a Lei 14.789, oriunda da conversão da Medida Provisória 1.185/2023, que criou novas regras para o tratamento tributário das subvenções de investimentos recebidas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. A constituição desta reserva está limitada ao valor dos benefícios fiscais efetivamente utilizados pela empresa, conforme determina a legislação vigente.

A reserva foi constituída originalmente na investida e a contabilização de forma reflexa na **GORI PARTICIPAÇÕES S/A** em atendimento as normas de contabilidade NBCTG 18, que trata de investimentos em coligadas e controladas.

Ubá, 31 de dezembro de 2025.

Gustavo de Fillipo Gori

Diretor Presidente
CPF 050.917.496-59

Giuseppe Marcelino Gori Junior

Diretor
CPF 014.076.716-93

Lara Marun Gori

Diretora
CPF 091.391.976-46

Nicole Marun Gori

Diretora
CPF 014.076.676-61

Angela Maria de Souza Costa Lopes

Contadora
CRC MG-105.135/O
CPF 016.024.046-82

Demonstrações Financeiras GORI 2025 pdf

Código do documento 32fdc26a-3e9e-4c34-97ea-ca5be44a6101



Assinaturas



GUSTAVO GORI
gustavo@empac.com.br
Assinou



Angela Maria de Souza Costa Lopes
angela@valuegestaocontabil.com.br
Assinou

Angela Maria de Souza Costa Lopes



Nicole Marun Gori
nicolegori@empac.com.br
Assinou



Lara Marun Gori
laragori@empac.com.br
Assinou

Lara Marun Gori



Giuseppe Marcelino Gori Junior
junior@empac.com.br
Assinou

Giuseppe Marcelino Gori Junior

Eventos do documento

29 Apr 2026, 15:21:58

Documento 32fdc26a-3e9e-4c34-97ea-ca5be44a6101 **criado** por CAMILA MONTEIRO FERREIRA DE ALMEIDA (70fdd08e-550f-45d9-9711-16ee84b37e6d). Email:assistente@rrauditoria.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-29T15:21:58-03:00

29 Apr 2026, 15:29:13

Assinaturas **iniciadas** por CAMILA MONTEIRO FERREIRA DE ALMEIDA (70fdd08e-550f-45d9-9711-16ee84b37e6d). Email: assistente@rrauditoria.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-29T15:29:13-03:00

29 Apr 2026, 16:44:36

ANGELA MARIA DE SOUZA COSTA LOPES **Assinou** (5d554607-bd69-4923-b07e-1d7c46acd431) - Email: angela@valuegestaocontabil.com.br - IP: 170.246.44.236 (170-246-44-236.hz.net.br porta: 40346) - Documento de identificação informado: 016.024.046-82 - DATE_ATOM: 2026-04-29T16:44:36-03:00

29 Apr 2026, 16:47:00

NICOLE MARUN GORI **Assinou** - Email: nicolegori@empac.com.br - IP: 177.182.54.48 (b1b63630.virtua.com.br porta: 54392) - Documento de identificação informado: 014.076.676-61 - DATE_ATOM: 2026-04-29T16:47:00-03:00

29 Apr 2026, 17:33:00

LARA MARUN GORI **Assinou** - Email: laragori@empac.com.br - IP: 177.182.54.48 (b1b63630.virtua.com.br porta: 55338) - Documento de identificação informado: 091.391.976-46 - DATE_ATOM: 2026-04-29T17:33:00-03:00

29 Apr 2026, 18:29:52

GUSTAVO GORI **Assinou** - Email: gustavo@empac.com.br - IP: 152.237.5.180 (152-237-5-180.user.vtal.net.br porta: 6280) - Documento de identificação informado: 050.917.496-59 - DATE_ATOM: 2026-04-29T18:29:52-03:00

29 Apr 2026, 18:58:42

GIUSEPPE MARCELINO GORI JUNIOR **Assinou** (3da19a0e-61ca-41d6-8216-924270c80537) - Email: junior@empac.com.br - IP: 177.137.85.98 (98.85.137.177.in-addr.arpa.verointernet.com.br porta: 24470) - Documento de identificação informado: 014.076.716-93 - DATE_ATOM: 2026-04-29T18:58:42-03:00

Hash do documento original

(SHA256):c38803f0ba85d0155bc73be1513237783f58df7a12e27ff59def03378e678a7e

(SHA512):d0ead2ed1899dc008746bf8ba9d079cc8d888cfd4a875ba6ba3d824737c9af5edeab278b1cb93a0eed9d0876986d2a6c35ae305faa4a785944ef5448616c7bb0

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.